



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 6 de agosto de 2025

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,14% São Paulo	133.071	R\$ 5,506 (- 0,01%)	30/julho 5,589 31/julho 5,600 1/agosto 5,545 4/agosto 5,506	R\$ 1.518	R\$ 6,372	14,90%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 Junho/2025 0,24
0,14% Nova York	133.151					14,91%	

TARIFAÇÃO DE TRUMP

» Entrevista | JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO | PRESIDENTE DA AEB

Em entrevista ao **Correio**, executivo e especialista em comércio exterior recomenda "cautela total" e diz que a crise política em torno da prisão de Bolsonaro pode paralisar as negociações com os EUA sobre a sobretaxa que começa a vigorar hoje

“Alíquota de 50% inviabiliza a exportação”

» RAFAELA GONÇALVES

As negociações sobre as tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos tendem a ser ainda mais delicadas diante da crise política no Brasil, agravada pela prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A avaliação é de José Augusto de Castro, presidente-executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que alerta para o risco de paralisação nas negociações e defende cautela por parte do governo. “Esse tipo de situação pode suspender conversas importantes. Nenhuma das partes — nem o Brasil, nem os Estados Unidos — vai querer negociar em meio a ânimos exaltados”, afirma em entrevista ao **Correio**.

Segundo ele, declarações fora de contexto podem intensificar tensões diplomáticas e prejudicar ainda mais o ambiente de diálogo. Para o especialista, o ideal neste momento é evitar decisões precipitadas.

Castro defende que uma das estratégias mais eficazes no curto prazo seria ampliar a lista de produtos isentos da nova taxa. “Uma alíquota de 50% inviabiliza completamente a exportação. Qualquer redução é como um impulso à competitividade”, sugere, ao avaliar as expectativas em relação ao plano de contingência que deve ser anunciado pelo governo. Confira os principais trechos da entrevista:

A prisão domiciliar de Jair Bolsonaro pode dificultar as negociações com os Estados Unidos sobre o tarifaço?

Poder, pode. Mas, na verdade, não atrapalhar, suspender as negociações. Neste momento, ninguém vai querer discutir uma negociação. Então, basicamente, ele [o episódio] pode, de repente,

Minervino Junior/CB/D.A Press



É melhor não fazer nada agora do que fazer algo errado e ter que reverter depois”

paralisar as negociações. E é importante que nenhuma das duas partes, tanto Brasil quanto Estados Unidos, dê declarações que possam gerar qualquer tipo de divergência. Nenhuma das partes vai querer negociar em meio a ânimos exaltados.

Como avalia a decisão do governo de só divulgar o plano de contingência depois da entrada em vigor das tarifas?

Correto, porque pelo menos

evita tomar uma decisão agora que precise ser revertida mais tarde. Neste momento, ninguém vai tomar uma decisão profunda, vai ser uma decisão quase superficial, apenas para marcar presença, não uma decisão definitiva. Basicamente, ninguém tem dados suficientes hoje para isso. Por exemplo, quando o Trump colocou 50% de tarifa para o Brasil, naquele momento, ele não tinha nenhuma intenção clara, era 10%, depois passou para 50%. Mas como ele tem o hábito de

tomar decisões por impulso, sem avaliação técnica, foi uma decisão impulsiva. E depois, ele reverteu muito mais do que se imaginava.

Quais medidas acredita que podem estar nesse plano?

Olha, eu não vi o plano até agora, só se falou dele. Mas o governo sabe exatamente o que precisa fazer. Claro que há componentes mais técnicos do que políticos, e o governo vai evitar tomar qualquer decisão técnica que

possa gerar atrito mais à frente.

O senhor acredita que seja melhor não agir agora?

Agora é o momento de fazer muito pouca coisa. Principalmente, não mexer em nenhuma pedra, deixar tudo no lugar. Assim, evita-se o risco de ter que reverter algo mais adiante. Neste momento, tenho a expectativa de que é melhor não fazer nada do que fazer algo errado e depois ter que reverter a situação. Total

cautela, porque os ânimos estão meio exaltados. Tem muita gente falando, mas pouca, com capacidade real de falar. E, infelizmente, os ouvidos deste momento não estão bons para escutar declarações fora de contexto.

Mesmo com as isenções, a indústria está preparada para lidar com os impactos? O melhor caminho seria ampliar essa lista?

Exatamente. Essa seria a ação mais rápida. Por quê? Uma alíquota de 50% inviabiliza completamente a exportação. Não dá para exportar nada com esse nível de tarifa. Cada vez que eu reduzo uma alíquota, estou criando mais condições. É como se eu aumentasse minha competitividade ao reduzir as tarifas. Acho que vão ser criadas mais isenções de produtos, o que vai tornar um pouco menos difícil exportar para os Estados Unidos.

Em uma visão mais otimista, há quem diga que a realocação das exportações pode beneficiar o Brasil. O senhor concorda?

Poder, pode. Descobrir um novo mercado hoje é possível, mas difícil, todos os países do mundo estão buscando novos mercados. O Brasil seria apenas mais um. A diferença é que o Brasil, além de buscar novos mercados, precisa reduzir custos. Temos esse famoso Custo Brasil, que é muito elevado e atinge principalmente os produtos manufaturados. Esses já entram perdendo de goleada. Se conseguirmos reduzir esse custo, ajuda. Mas sabemos que isso não acontece da noite para o dia. Vai levar um, dois, três anos... O que pode ser feito agora é reduzir a tarifa, é como se estivéssemos criando um estímulo adicional para exportar.

Fiemg estima impacto de R\$ 25,8 bi

Embora o governo norte-americano tenha concedido isenção tarifária a 694 produtos, o que representa cerca de 45% do valor exportado pelo Brasil aos Estados Unidos, os impactos da nova taxa sobre as exportações brasileiras devem ser significativos para a economia nacional. Conforme estudo, divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), mesmo com as isenções, a taxa pode provocar uma retração de até R\$ 25,8 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a curto prazo, com perdas que podem chegar a R\$ 110 bilhões a longo prazo.

A medida impõe tarifas adicionais de 40% sobre uma ampla gama de produtos brasileiros exportados aos EUA — que já estavam sujeitos, desde abril, a uma taxa de 10% — e entra em vigor hoje.

Para o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, o momento exige maturidade e diálogo institucional. “A imposição dessas tarifas, ainda que parcialmente suavizada pelas isenções, foi unilateral e sem negociação com o governo brasileiro. É

fundamental que o Brasil atue diplomaticamente para ampliar o número de produtos isentos, preservar sua competitividade no mercado internacional e proteger empregos e investimentos nacionais”, destaca.

Entre os setores industriais mais afetados, de acordo com o levantamento, estão siderurgia, fabricação de produtos de madeira, calçados e máquinas e equipamentos mecânicos. Na agropecuária, o estudo destaca os impactos sobre a pecuária, especialmente a cadeia da carne bovina, que ficou de fora da lista de isenções tarifárias e representa uma parcela relevante das exportações brasileiras.

O aumento das tensões comerciais, em meio a um cenário político interno instável, tem elevado o grau de incerteza em torno das negociações bilaterais. A avaliação é de Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, que aponta impactos já perceptíveis em setores estratégicos da economia brasileira.

“Embora não seja possível mensurar com precisão o impacto desses fatores nas negociações sobre as tarifas impostas por Trump, o efeito

prático já começa a ser sentido em segmentos estratégicos da economia brasileira. Produtos como carne, café e pescados, que foram sobretaxados em 50%, estão entre os mais impactados”, apontou.

Assis ressaltou que o cenário atual se agrava com a manutenção da taxa básica da economia (Selic) em patamar elevado, o que dificulta o acesso ao crédito bancário para as empresas. “Essa dificuldade pode prejudicar o setor produtivo e exportador, justamente no momento em que o governo discute planos de contingência para mitigar os impactos e redirecionar esses produtos a novos mercados”, alertou.

Mercado de trabalho

O impacto sobre o mercado de trabalho também é significativo. A Fiemg projeta a eliminação de aproximadamente 146 mil postos de trabalho formais e informais, além de uma redução de R\$ 2,74 bilhões na renda das famílias brasileiras em um período de até dois anos.

O Brasil exportou cerca de US\$ 40,4 bilhões para os EUA em 2024, o

equivalente a 1,8% do PIB nacional. Metade desse valor está concentrado em combustíveis minerais, ferro e aço, além de máquinas e equipamentos — todos segmentos diretamente atingidos pelas novas tarifas. Ainda segundo o levantamento, os produtos que continuam sujeitos à taxa representam aproximadamente 55% das exportações brasileiras ao mercado norte-americano, somando US\$ 22 bilhões. Entre os itens mais impactados, estão o café, a carne bovina, produtos semimanufaturados de ferro e aço, e manufaturados em geral.

Para Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, o atual contexto exige estratégias mais amplas e coordenadas, que vão além do diálogo bilateral. “Em meio ao agravamento das tensões tarifárias e à atual dinâmica política, o canal bilateral segue relevante, mas mostra-se cada vez mais insuficiente”, afirmou. Segundo ele, é fundamental que o Brasil reforce sua presença em fóruns multilaterais, como o Mercosul e a Organização Mundial do Comércio (OMC), “elevando o grau de articulação”. (RG)

Haddad: 4% serão afetados por sobretaxa

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda/Divulgação



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estima que 4% das exportações brasileiras para os Estados Unidos serão afetadas pelo tarifaço de 50% imposto pelo presidente norte-americano, Donald Trump. A medida entra em vigor hoje, mas, de acordo com Haddad, desse montante, mais 2% terão um destino alternativo. Ele lembrou que, atualmente, 12% das exportações brasileiras vão para os EUA. “Desses 12%, 4% são afetados pelo tarifaço, e dos 4%, mais de 2% terão, naturalmente, outra destinação, porque são commodities com preço internacional que vão encontrar o seu destino no curto ou médio prazo”, afirmou ele, ontem, na 5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o “Conselhão”, no Palácio do Itamaraty. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o déficit comercial do Brasil com os Estados Unidos somou US\$ 1,7 bilhão, de janeiro a junho deste ano, seis vezes maior do que o saldo negativo de US\$ 283,8 milhões em todo o ano de 2024.